

Quem faz a notícia no parlamento brasileiro?

Análise comparativa das rotinas
dos *newsmakers* do Senado Federal

Francisco Sant'Anna*

Índice

1	Introdução	2
2	Perfil social	3
3	Influências e preferências culturais	5
4	Vocação profissional	7
5	Valores deontológicos e rotinas profissionais	8
6	Parâmetros pessoais versus patronais	10
7	Rotinas informativas	15
8	Autonomia e interferências no processo jornalístico	18

*Jornalista Profissional e Documentarista, Mestre em Comunicação pela Universidade de Brasília (UnB) – Brasil e Doutorando em Ciências da Informação e Comunicação no Centre de Recherches sur l'Action Politique en Europe (Crape) da Université Rennes-1 - França. Correio eletrônico: chicosantanna@hotmail.com.

A pesquisa relatada neste artigo se insere nas investigações realizadas pelo autor no seu programa de Doutorado na Universidade Rennes 1, na França. Este texto foi selecionado para ser apresentado no *II Seminário Internacional Media, Jornalismo e Democracia*, “*Jornalismo e Actos de Democracia*”, organizado pelo Centro de Investigação Media & Jornalismo, em 13 e 14 de novembro de 2006, pela Escola Superior de Comunicação Social - Instituto Politécnico de Lisboa.

9	Interlocutores dos jornalistas	23
10	Nível de Satisfação	24
11	Conclusão	25
12	Bibliografia	28

Resumo

A cobertura jornalística do Parlamento Brasileiro é feita cotidianamente por um contingente de mais de 200 jornalistas. Parte contratada pela imprensa tradicional, outra parcela compõe os quadros das mídias do Senado Federal (*MFSF*). O objetivo deste texto é o de delimitar o perfil sócio profissional, as rotinas produtivas, valores e paradigmas jornalísticos adotados pelos profissionais das *MFSF*, num estudo comparativo com as dos colegas da imprensa tradicional, bem como a representação social que eles possuem em relação aos veículos das *MFSF*.

Abstract

Two hundreds journalists are responsible for the Brazilian Parliament daily journalistic covering. Part of those is hired by the traditional press, the other part works for the Federal Senate mass media structures (*MFSF*). The aim of this article is to delimit the social professional profile, the routines, values and journalistic paradigms adopted by those professionals in a comparative view with their colleagues from the traditional press; as well their social representation regards the *MFSF*.

1 Introdução

Diariamente, dois pelotões de jornalistas, cada um com pouco mais de uma centena de profissionais, percorrem as instalações do Senado Federal – SF para cobrir os trabalhos dos parlamentares. Um pelotão é composto pelos repórteres setoristas contratados pela imprensa tradicional. No segundo pelotão, estão os jor-

nalistas contratados pelas mídias do próprio SF, aqui denominada de *Mídias das fontes do Senado Federal - MFSF*. Denominaremos estes profissionais, de *jornalistas das fontes*. Os dois pelotões têm pela frente o mesmo desafio de coletar e difundir informações sobre uma mesma temática e num mesmo espaço físico.

A maior redação operadas pela Câmara Alta do Parlamento é a da *TV Senado*, composta de 36 profissionais. A *Rádio Senado* e a *Rádio Agência Senado*, juntas, abrigam 31 jornalistas. A *Agência Senado de Notícias*, 30 e o *Jornal do Senado*, 18.

Quem é o profissional que atua na produção de notícias difundidas por esta *Mídia das Fontes*¹? Que valores jornalísticos norteiam suas rotinas profissionais? Na busca das respostas, realizamos, em 2005, uma pesquisa com a metodologia utilizada por McMane (1992) para traçar, na década de 80, um perfil do jornalista ocidental.² Os setoristas foram igualmente pesquisados para servirem como um grupo de controle. A pesquisa busca evidenciar se jornalistas contratados por estruturas que operam o chamado *jornalismo institucional* possuem perfil e rotinas diferentes dos colegas da imprensa tradicional.

2 Perfil social

O sistema sócio cultural em que está inserido o jornalista é um elemento importante no processo de fabrico das notícias. *A construção da notícia sofre uma ação enformadora por parte do sistema sócio cultural em que se insere* (SOUSA: 2000, 85). O perfil sóciocultural dos jornalistas das *MFSF* é bastante semelhante ao

¹ O conceito de *Mídias das fontes*, cunhado pelo autor do texto, busca identificar meios de comunicação de massa que são mantidos pelas próprias fontes. Para melhor entendimento do conceito SANT'ANNA, F. (2005). *Mídia das Fontes – o difusor do jornalismo corporativo*, Brasília: Casa das Musas, ou artigo sobre o mesmo tema disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/santanna-francisco-midia-fontes.pdf>.

² Trabalho semelhante também foi realizado em outras nações, como por exemplo, Heloiza Herscovitz (2000) e Joaquim Negreiros (2004) junto a jornalistas brasileiros e portugueses, respectivamente.

dos setoristas. Em tese, ele está sujeito à mesma *ação enformadora* a que seu colega da imprensa tradicional enfrenta. Na média, ele tem pouco mais de 39 anos de idade e está há mais de 17 anos na profissão. É um perfil ligeiramente mais jovem, etária e profissionalmente, do que o do grupo de controle. No SF, eles atuam há 5 anos e 2 meses, em média.

Uma diferença entre os dois grupos é a forma de seleção, recrutamento e o regime de contrato de trabalho. Todos os jornalistas das *MFSF* foram contratados mediante quatro concursos públicos de abrangência nacional. O jornalista aprovado assume um status de servidor estatutário (Regime Jurídico Único) que lhe garante estabilidade no emprego e um plano de carreira. Condições raras no setor privado. Demissão, só em decorrência de faltas graves e apuradas a partir de um longo processo administrativo. Esta condição, em tese, proporciona uma independência profissional face a eventuais abusos editoriais ou pressões dos níveis hierárquicos superiores ou mesmo por parte de parlamentares. É uma condição importante para se trabalhar numa casa política. *Os jornalistas estáveis demonstram maior comprometimento com os objetivos centrais do veículo, voltados para favorecer a transparência da atividade legislativa e não para os projetos pessoais dos senadores* (Freitas, 2004: 26). No relacionamento com as fontes, em especial com os senadores, o jornalista não é tecnicamente um subordinado do parlamentar.

No jornalismo tradicional, a trajetória profissional é marcada pela precarização das relações de trabalho e submissão aos interesses empresariais (RIEFFEL, 2001 e RUELLAN, 2001). No mercado, pesa significativamente o que no jargão popular representa a capacidade de “vestir a camisa da empresa”.

O jornalista da *MFSF*, a exemplo do seu congêneres, é um profissional que ideologicamente se auto-classifica de ‘esquerda’, (39% se identificam como de esquerda e 41% de centro-esquerda). Numa escala de 1 a 10, onde 1 é ‘extrema-esquerda’ e 10 equivale à ‘extrema-direita’, com uma média de 3,37, eles se mostram um pouco menos à esquerda do que seus confrades, 3,05. Os refle-

xos do padrão ideológico são diferenciados quando analisado o grau de vínculos sindicais e partidários. O quantitativo de sindicalizados é bem maior entre os primeiros, 68%, contra 58%. As exigências patronais do setor privado talvez estejam na raiz desta realidade. Quanto a vínculos partidários, 8% dos profissionais do SF são filiados a partidos políticos, contra 2,0%, dentre os setoristas.

O profissional típico, alvo de nosso estudo, revelou ser um homem (55%), branco (82%), casado (58%), e em termos de religião quando não é ateu (31%) é cristão. Ele se concentra basicamente entre o Catolicismo (37%) e o Espiritismo (15%). Chama a atenção o fato de não ter sido identificado na amostra do grupo teste nenhum jornalista negro. Na imprensa tradicional, os negros representam 10%. Em relação aos pardos, as proporções se assemelham: 17% e 16%, respectivamente. Uma maior concentração de jornalistas brancos no SF pode ser decorrência do modelo de seleção do SF. O exercício do Jornalismo no Brasil requer uma formação universitária de quatro anos. O ensino universitário ainda é muito elitizado e as minorias étnicas não tem acesso tão amplo aos bancos universitários.³ O SF ainda privilegia os titulares de mestrado e doutorado. Em tese, quem tem mais anos de estudos tem mais chance de ser selecionado. Quase a metade do plantel do Senado, 47%, possui um diploma de pós graduação: (Master,⁴ (23%); Mestrado (20%), e Doutorado (4%).

3 Influências e preferências culturais

Por interferirem na atividade jornalística, procuramos identificar os elementos culturais, em termo de consumo de literatura, de

³ Várias universidades públicas passaram a aplicar neste novo milênio cotas raciais numa política de discriminação positiva, de forma a reduzir as diferenças de nível educacional entre os grupos étnicos. O Congresso Nacional examina projeto-de-lei tornando universal tal medida.

⁴ Na categoria Master agrupamos os cursos de pós graduação lato sensus, voltados principalmente para o aspecto profissionalizante e não à pesquisa acadêmica.

produção cinematográfica, etc., bem como os anseios pessoais que atuam sobre os jornalistas pesquisados. Revelou-se que o *jornalista da fonte* aprecia os autores brasileiros, o que revela, eventualmente, a valorização do que é nacional, em detrimento do que é importado. A leitura preferida é essencialmente de lazer, em especial romances, 35%; histórias de aventura e ficção, 14%; e temas históricos e épicos, 14%. Os livros técnico científicos e de reportagens não se destacaram. Quanto ao cinema, um, entre cada quatro profissionais, não tem preferência específica. Dentre os demais, os dramas, 26%; documentários, 10%; e as comédias, 10%, são os preferidos. Um terço tem predileção clara pelo cinema europeu (Espanha, Itália e França, principalmente), 14% pelo cinema nacional e 18% pelo norte-americano.⁵

É baixo o interesse pela imprensa internacional. Praticamente, seis, entre cada dez profissionais do SF não têm o hábito de ler jornais de outros países – entre os setoristas o quadro é inverso, 56% lêem rotineiramente. A parcela restante de 41% prioriza o noticiário de *política* e de *internacional* difundido pelos jornais e revistas norte-americanos. A imprensa da Argentina, principal parceiro brasileiro no Mercosul, já desponta como segunda fonte de leitura jornalística para os dois grupos pesquisados. O interesse pelo noticiário argentino tem igual intensidade ao aferido em relação ao inglês e é superior ao francês (*Le Monde*, principalmente). O veículo preferido é o *El Clarin*. O *Página 12*, jornal tido como mais à esquerda, e, teoricamente, mais próximo do perfil ideológico dos jornalistas, não foi mencionado por nenhum dos pesquisados.

Sete, entre cada dez *jornalistas das fontes* – e seis da imprensa

⁵Aqui também há semelhança com os setoristas, onde a preferência é por autores nacionais, 44%. Os livros históricos e épicos representam 26%, Romances, 14%; e a Ficção-Aventura 12%.Dois entre cada dez setoristas não têm uma preferência específica por filmes. Dentre os demais, o Drama, (14%) os filmes de arte ou de autor (14%); e as obras de ficção (12%) dominam.as preferências. Igualmente, 30% não tem preferência por nenhum país; 38% preferem o cinema europeu Europeu. O cinema brasileiro é o preferido apenas para 8% dos jornalistas, enquanto que o dos EUA atrai 14%.

- gostariam de fazer um curso de pós-graduação na Europa, que se mostra como a região preferida, 62%, para um eventual trabalho no exterior. A preferência pela Europa, em detrimento dos EUA, distoa do aferido por Heloiza Herscovitz (2000) junto a jornalistas do Estado de São Paulo. Isso pode ser um reflexo dos fatos ocorridos em New York em 11 de setembro 2001 e pela política internacional norte-americana adotada desde então.

4 Vocação profissional

Nosso *jornalista das fontes* optou pela profissão levado, principalmente, por questões de *vocação pessoal*.⁶ A atração de 51% do grupo pela atividade redatorial, em si mesma, pode ser interpretada como uma preferência pela dimensão do jornalismo enquanto uma atividade expositiva. Uma maneira de ver o jornalismo essencialmente enquanto *a descrição dos acontecimentos* (NEGREIROS: 2004, 90). Razões ligadas a *fascínio e visibilidade profissional* reúnem uma parcela próxima a um quarto (23%) do plantel de jornalistas do SF. Outros 21% elegeram motivos de engajamento ideológico, tais como o desejo de informar as pessoas e de transformar a sociedade.⁷ A profissão parece *dar uma licença especial aos seus membros, como um mandato de ordem moral ou intelectual ou até legal* (TRAVANCAS, 1983:108).

Normalmente, o jornalista é um indivíduo visto pela sociedade como uma pessoa que circula pelas esferas de poder político e financeiro e que gosta de estar perto do poder. (Op.cit: 96/97) A condição de proximidade ao poder seria, inclusive, a principal atração para a profissão (RIBEIRO, 1994: 205). Entretanto, os dois grupos pesquisados ignoraram o desejo de estar inserido

⁶ A enquête agrupou em cinco grupos temáticos as razões que levaram ao ingresso no jornalismo: *fascínio e visibilidade profissional; engajamento ideológico; facilidades e benefícios materiais; influências pessoais externas; e perfil vocacional pessoal*.

⁷ A vocação pessoal (60%) e o engajamento ideológico (32%) são as principais motivações dos setoristas. A questão de fascínio e visibilidade profissional se relaciona apenas a 6% desses profissionais.

junto ao poder como uma das as razões de ingresso na carreira. Mesma postura tiveram em relação a razões mais pragmáticas e materiais, como salário ou ascensão social.

As percepções dos dois grupos quanto ao papel da imprensa na sociedade são semelhantes.⁸ Os dados revelam, contudo, que os jornalistas do SF atribuem maior importância ao papel social da imprensa e reconhecem nela uma capacidade de intervenção sobre a opinião pública maior do que acreditam os setoristas. Eles também acreditam ser de significativa importância o papel que as *MFSF* exercem - o que não é reconhecido em igual intensidade pelos demais. Enquanto os primeiros consideram de *importância significativa* - 7,04 pontos - a informação difundida pelo sistema de comunicação do Senado para a sociedade, o segundo grupo atribui uma *importância mediana*, - 5,37 pontos.

5 Valores deontológicos e rotinas profissionais

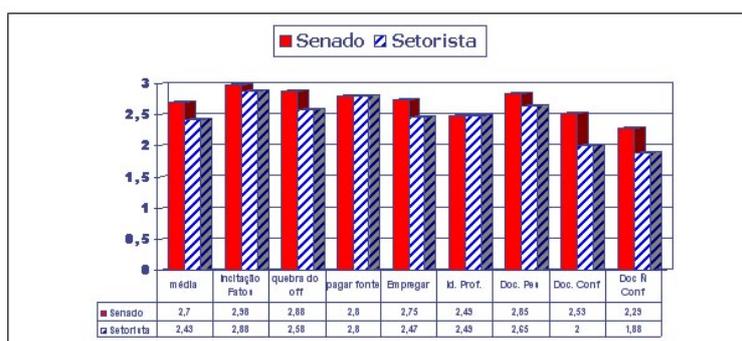
Os jornalistas das *MFSF* demonstram portar valores ético-profissionais mais rígidos do que os de seus colegas da imprensa tradicional. Numa escala de rigidez ética de três pontos (1 = flexível, 2 = regular, 3 = rígida) os *jornalistas das fontes* obtiveram uma média de 2,70, enquanto o grupo de controle registrou 2,43. Para chegar a este resultado, balizas éticas foram colocadas associadas a oito situações comuns ao quotidiano jornalístico. De maneira geral, eles não estão abertos a qualquer subterfúgio ou estratégia para obter uma informação. O estímulo à ocorrência de um fato socialmente condenável apenas para transformá-lo em notícia é a prática de mais rejeitada, 2,98, por parte dos *jornalistas das*

⁸ Para a avaliação deste quesito foi aplicada uma escala de sete níveis "A" a "G", onde "A" equivale à zero (*sem nenhuma importância*) e "G" equivale a dez (*extremamente importante*). Esta modalidade de abordagem foi construída a partir do princípio da Escala de Likert, que consiste numa metodologia do campo da Psicologia para medir as variáveis relacionadas às atitudes dos indivíduos. É um instrumento que permite identificar a aceitação ou rechaço de um ser humano em relação a um fenômeno verificado no âmbito da natureza ou da sociedade (PASQUALI, 1996: 432).

fontes.⁹ A rejeição é mais intensa do que a verificada em relação a um dos dogmas da profissão, que é o segredo da fonte (2,88). Um, em cada dez jornalistas, admite em certas condições não respeitar o *off the records*.¹⁰

Em duas situações os dois grupos apresentam padrão ético de igual intensidade. O pagamento de fontes para obtenção de informações é rejeitado a uma razão de 2,8 pontos e a dissimulação da identidade profissional, na proporção de 2,49. A possibilidade de se empregar dentro de uma empresa, ou numa repartição governamental, para clandestinamente obter informações (2,75) são métodos condenados no âmbito do SF numa intensidade 12% superior ao apurado dentre os setoristas.¹¹ A imprensa tradicional está mais aberta à utilização sem autorização de documentos ou fotos de pessoas físicas ou de instituições governamentais e privadas. Os profissionais do SF atuam preferencialmente com documentos e imagens autorizados para a divulgação.

Valores Deontológicos



⁹No grupo de contrôle, este tópico obteve 2,88 pontos.

¹⁰Na imprensa tradicional, 2,58 pontos, bem próximo da opção que *admite em determinadas situações o rompimento de um acordo e revelar a fonte de informação*. Dentre os profissionais ouvidos, 22% admitem esta possibilidade.

¹¹Os resultados dos setoristas foram: *dissimular a identidade profissional* (2,49); *se empregar dentro de uma empresa, ou numa repartição governamental para clandestinamente obter informações* (2,47).

A utilização indevida de documentos pessoais e fotos íntimas provoca maior rejeição, 2,85 pontos. Temas que são priorizados pelos critérios de noticiabilidade de alguns veículos privados, como a vida pessoal dos políticos, não são alvo das lentes das *MFSF*, salvo se interferirem no processo político parlamentar. O uso sem prévia autorização de documentos confidenciais, públicos ou privados, é admitido por apenas um terço dos *jornalistas das fontes*. Os setoristas se mostraram bem mais flexíveis. Tal procedimento é mais factível dentre eles na cobertura do parlamento brasileiro.

A diferenciação de valores entre os dois grupos de jornalistas pode ser consequência direta dos padrões editoriais a que estão submetidos. A imprensa tradicional sofre interferência de inspiração mercadológica, na busca do *furo de notícia*, de maiores audiências, e, por isso, nem sempre adota limites socialmente aceitáveis. Ponto de polêmica constante, por exemplo, é o uso de câmeras ou microfones ocultos. Um padrão ético menos rígido pode ser atribuído, da mesma forma, ao modelo de jornalismo mais investigativo e especulativo praticado pelo setor. Já as mídias do Senado tendem a trabalhar com os fatos visíveis, evitando investigações e especulações. As *MFSF* tendem a colocar num patamar de menor importância jornalística fatos alheios ao alvo noticioso principal, o Parlamento.

6 Parâmetros pessoais versus patronais

No seu cotidiano, todo jornalista precisa administrar o conflito entre os seus valores pessoais e os critérios editoriais patronais. A informação difundida é construída a partir de uma interação de forças situadas no nível pessoal, social, bem como do meio físico e tecnológico e, é claro do empregador. É uma tarefa árdua e sujeita a riscos, pois o que estará em jogo, além da fidedignidade jornalística, é a credibilidade profissional, a estabilidade no emprego e o próprio futuro da carreira do jornalista. Nos meios do SF, a percepção sobre as balizas editoriais implantadas pela

Casa não são linearmente claras na mente dos seus profissionais. E há mesmo um conflito entre os valores editoriais pessoais e os normatizados pela instituição.

Os *jornalistas das fontes* afirmam que os dois principais parâmetros editoriais estabelecidos pelo Senado são *rapidez* (37%) e *precisão* (33%). Os dados revelam que até no jornalismo tido como institucional, a competitividade entre as mídias impregnou o *fator tempo* na cultura jornalística e nos valores do *news-making*, suplantando o caráter *notícia* dos fatos (SCHELESINGER, 1983). *A obsessão da velocidade na produção e distribuição de notícias alterou os critérios de noticiabilidade na produção jornalística contemporânea. O valor da notícia reside mais em sua instantaneidade do que em sua credibilidade.* – salienta Adghirni (2004: 1)

A velocidade na divulgação gera um choque conceitual. Na cultura jornalística *divulgação rápida* sempre foi inimiga da *precisão*. Mesmo na cultura popular os dois não se combinam. O provérbio *a pressa é a inimiga da perfeição* ilustra o imaginário social brasileiro. Profissionais e veículos trabalham sempre num front bastante arriscado, onde a competência e credibilidade estão sendo constantemente colocados à prova. Os jornalistas dos dois grupos se sentem prejudicados em decorrência desta exigência editorial. Entretanto, nos manuais de redações das *MFSF*, não consta o quesito *rapidez* entre as exigências editoriais. Este padrão pode ser justificado pelo fato do SF possuir duas agências de notícias em “tempo real” (uma de texto e outra de radioreportagens) e de difundir seu noticiário no rádio e na TV, veículos que têm como perfil a instantaneidade da notícia Já a *precisão* é insistentemente mencionada. A *Rádio Senado*, além de ser categórica em relação ao quesito *precisão* - *não pode haver dúvidas sobre a informação que vai ao ar* - reforça a necessidade das reportagens serem produzidas a partir de múltiplas fontes.

O uso de várias fontes e de citações entre aspas é uma técnica que protege o jornalista de cometer imprecisões e se mostra como uma alternativa à exposição de sua própria opinião sobre os fa-

tos tratados (TUCHMAN, 1972: 660). Assim, ele pode exprimir uma análise com a qual concorde, sem contudo ter que assinar embaixo com sendo de sua autoria. Ele evita exposição às pressões e cobranças, internas e externas. É o que Charron (2002: 1) denomina falar o que pensa incitando os outros a se expressarem - *Parler de soi en faisant parler les autres*. A hierarquia que articula a opinião das fontes contribui para transmitir um ponto de vista, que seria equivalente à opinião que o *jornalista da fonte* emitiria caso fosse autorizado a fazê-lo.

Entretanto, no imaginário dos *jornalistas das MFSF*, ouvir os diversos lados da história não aparenta estar nas **prioridades patronais**. Outros quesitos, tais como *objetividade/imparcialidade*, 27%; a *análise e interpretação dos temas para o público*, 25%, formam um segundo patamar de parâmetros editoriais aos quais os jornalistas acreditam estarem obrigados a seguir.

Dentre os **referenciais pessoais** dos *jornalistas das fontes*, a *análise e interpretação dos temas para o público*, com 47% das citações; *objetividade/Imparcialidade*, 37%; e *transparência*, 31%, são os que se destacam. O resultado evidencia um conflito entre os valores pessoais e as normas superiores que ele acredita ter que obedecer, uma clara inversão de prioridades entre patrões e empregados. O quesito *Divulgação Rápida*, tido como a principal exigência do empregador, aparece na quarta posição de prioridade pessoal, lado a lado com o de *Precisão*, (27%).

Os valores pessoais existentes entre *jornalistas das fontes* e os da imprensa tradicional tendem a ser semelhantes.¹² O parâmetro jornalístico pessoal mais importante é a *análise e interpretação*

¹² Entre os setoristas, o item *análise e interpretação dos temas para o público*, foi o mais citado tanto quando se referia aos balizadores empresariais, 60%, quanto quando o referencial era pessoal, 54%. A necessidade de se contar com uma *Pluralidade das fontes* é a segunda baliza dos setoristas, seja sob o ponto de vista editorial das empresas, 36%, seja na visão pessoal deles, 40%. No terceiro patamar, constata-se um conflito de valores entre aquilo que os jornalistas desejam - *Precisão* - 32%, e aquilo que seus empregadores exigem - *Divulgação rápida*, 28%. *Objetividade e Imparcialidade* aparecem em seguida como quarto parâmetro pessoal, 28%, e empresarial, 24%.

*dos temas para o público, 54%. Isto demonstra a preservação do que Bourdieu (1980: 91) denominou *habitus* – no caso um *habitus jornalístico* - dentre os profissionais das MFSS. Este *habitus*, segundo o autor, é resultante do condicionamento a práticas individuais e coletivas, que interferem historicamente nas formas de pensar e de agir. É um referencial mais intenso do que eventuais regras e normas internas formais e permite articular conjuntamente as práticas e as representações profissionais. A diferença entre os dois grupos é que o primeiro não se sente autorizado a praticá-lo, enquanto que o segundo acredita ser esta a preferência de seus empregadores.*

A principal divergência entre os dois grupos profissionais refere-se ao referencial *transparência dos feitos públicos*. Ele é importante para os profissionais do SF, assume quase que um padrão de dogma corporativo, mas só obteve 10% das citações dos colegas setoristas. Ele se encontra expresso nos estatutos da Associação dos Profissionais de Comunicação do Senado Federal - Comsefe, criada para defender internamente os interesses do grupo profissional. No texto consta que é dever *defender e promover a transparência dos feitos públicos e o acesso democrático e universal às informações de interesse da sociedade* (Comsefe, 2003).

Ressalte-se que a questão de *transparência*, enquanto referencial editorial, está na origem da criação de toda esta estrutura informativa. *Havia a intenção de garantir transparência à atuação do Senado e de promover a democratização da informação*, registra o *manual de redação da Agência Senado e Jornal do Senado* (SENADO, 2003: 7). O cidadão tem direito ao acesso à totalidade dos trabalhos legislativos, *com isenção e transparência*, salienta o manual da *TV Senado* (1999). *Nossa tarefa – complementa o manual de redação da Rádio Senado - é mostrar o Legislativo como instituição viva, com diferentes facções políticas e diferentes correntes de opinião sobre todos os temas* (Rádio Senado). Entretanto, decorridos pouco mais de uma década de criação das MFSS, na percepção dos profissionais este parâmetro não parece ser prioridade máxima na política editorial definida.

Resumindo, podemos dizer que a notícia perfeita para o jornalista do Senado é a que *interpreta e analisa* os feitos públicos com *imparcialidade* e que propicia *transparência*. Ele se vê, contudo, compelido a produzir uma informação de *rápida divulgação, precisa, imparcial e objetiva*. O seu concorrente direto está pessoal e empresarialmente orientado a produzir uma informação que *analise* igualmente os feitos públicos e que seja *plural e precisa*.

Este padrão editorial repercute inclusive na estrutura organizacional das funções internas de cada segmento. No Senado, os profissionais são divididos basicamente entre repórteres e editores.¹³ Na imprensa tradicional, além dessas duas funções existe a função de articulista ou colunista, um misto de repórter e de redator que possui autonomia para produzir textos carregados de forte teor analítico, opinião pessoal, além de um espaço fixo e periódico para divulgá-los.

As funções de articulista e comentarista inexistem nas *MFSF*. O ato legal que disciplina os objetivos, a utilização e o funcionamento dos veículos de comunicação do SF determina aos veículos internos a produção e veiculação de notícias *com caráter apartidário, imparcial e não opinativa* (SENADO, 2002). Cabe aos entrevistados à análise ou comentário dos fatos. A exigência editorial é bem internalizada no grupo profissional e agrada uma parcela significativa dos *jornalistas das fontes*. Oito, entre cada dez jornalistas, reconhecem que atuar nas mídias do Senado implica na produção de textos neutros, sem julgamento de valor, análise ou interpretação. Eles acreditam que, com a política editorial do SF, cabe ao público julgar os fatos por si próprio. Quando indagados se os valores jornalísticos patronais coincidem com os pessoais, 45% disseram que sim e os que adotariam voluntariamente nas suas rotinas. Os dados refletem uma realidade nacional, onde

¹³ Na categoria repórter, incluímos a função de *produtor* já que esta tem características de apuração e levantamento de dados, semelhantes a de um repórter. Editor é o profissional com poder de reformatar textos, de cortar, alterar, dar maior ou menor visibilidade a uma notícia, seja ela no rádio, na TV ou na imprensa escrita.

o jornalista assalariado deixou de ser emissor da própria opinião e sua função social se enfraqueceu em detrimento da opinião dos veículos (RIBEIRO, 1994: 22).

Entretanto, entre os profissionais das mídias do Senado convivem duas concepções diferentes de se fazer jornalismo. Praticamente, outra metade dos jornalistas (49%) afirma que se pudesse se valer livremente de seus valores pessoais, escreveriam textos críticos e opinativos. Para eles, é dever do jornalista interpretar para a opinião pública os riscos das decisões políticas.¹⁴

7 Rotinas informativas

Os *jornalistas das fontes* estão submetidos a um processo de construção da notícia mais hierarquizado e com o poder de decisão mais centralizado do que seus congêneres. Foram identificados dois tipos de hierarquização. Para uma maioria de pequena magnitude, 53%, a relação dos temas que deverão ser acompanhados é diariamente definida em instâncias jornalísticas superiores e fornecida arbitrariamente aos jornalistas. Neste grupo se concentra a maior parte de repórteres, redatores e produtores vinculados aos jornais (telejornal, radiojornal, agência de notícias e jornal impresso). O segundo grupo reúne majoritariamente profissionais envolvidos em programas especiais, de entrevistas, debates de estúdios e na produção de documentários. Neste caso há normalmente uma inversão, a seleção dos temas é feita pelo profissional que está na ponta, mas é submetida à aprovação superior.

Normalmente, a confecção da pauta, seja ela diária ou semanal, ocorre durante reuniões coordenadas pelo chefe-de-redação às quais acorrem os chefes de reportagens de cada turno e os

¹⁴ Da mesma forma pensam majoritariamente os integrantes do grupo de controle: 88% adotariam este comportamento a partir de seu modo pessoal de fazer jornalismo. No grupo de controle, o conflito entre padrões pessoais e patronais aparenta ser menor, pois 74% dos jornalistas informaram que seus superiores esperam um texto crítico e analítico capaz de alertar a opinião pública.

editores chefes dos produtos jornalísticos. Sugestões de repórteres são analisadas, mas dificilmente eles participam do processo deliberatório. A pauta considera os trabalhos previstos para as diversas instâncias internas do Parlamento, tais como análises e votação de projetos, audiências públicas, trabalho das comissões permanentes e temporárias, ordem-do-dia do plenário, dentre outros.

No critério de distribuição dos jornalistas, o espaço físico institucional prevalece sobre o referencial temático. Assim, um repórter que cobre a Comissão de Assuntos Sociais - CAS, por exemplo, redatará sobre todos os temas ali tratados. Num mesmo dia a CAS poderá analisar assuntos tão distintos quanto saúde, educação, cultura, direitos sociais, minorias, tele radiodifusão, etc. Uma proposta aprovada na CAS seguirá para a análise de outra comissão ou votação final em Plenário, mas o repórter das *MFSF* não continuará com a mesma pauta. O tema será herdado por outro profissional, aquele que estiver escalado para cobrir o espaço físico institucional seguinte.

Como na imprensa tradicional, as *MFSF* também sofrem uma ação externa de sensibilização dos seus *gatekeepers*. Elas estão submetidas a um mesmo padrão de interferência, às mesmas técnicas de *contra agendamento* exercidas pelas fontes. A prioridade editorial é o trabalho legislativo institucional, mas as assessorias de imprensa dos parlamentares enviam sugestões de pautas relativa a ação de cada um deles. Entidades externas ao parlamento também buscam influir no conteúdo a ser difundido. Normalmente, são sugestões sobre temas que estão sendo analisados pelo SF. Por exemplo, em 2005, ongs e entidades ambientais procuraram pautar seus pontos de vista referentes ao Código Florestal Brasileiro. Igual procedimento tiveram empresas e instituições ligadas às questões de aviação civil, exploração e distribuição de gás, micro e pequenas empresas, etc. Estes temas estavam sendo regulados por novas propostas de leis.

Na *TV Senado*, as pautas aprovadas nas reuniões são consolidadas num documento denominado *Jornal da Pauta - JP*. Versões

impressas são disponibilizadas na redação e uma cópia eletrônica é enviada a todos profissionais. O *JP* conta com um levantamento preliminar de informações sobre cada tema selecionado, dados complementares (estatísticas, biografias, opiniões de grupos de interesse, estágio de tramitação de projetos-de-leis, eventuais conseqüências, etc.), bem como possíveis fontes a serem ouvidas, seus telefones, locais de trabalho, etc. Tudo é previamente elaborado por uma equipe denominada *Produção*, formada por jornalistas que atuam a maior parte de seu tempo dentro da redação, realizando contatos telefônicos, agendando entrevistas, acompanhando noticiários e informações na Internet, coletando dados preliminares junto a todas as fontes possíveis (documentais e humanas).

O *JP* pretende otimizar o trabalho do repórter de campo, permitindo mais rapidez no desenvolvimento de sua tarefa diária que, em muitos casos, representa mais de uma reportagem no mesmo dia. Além do tema, o documento define também o profissional que irá executá-lo. Na TV, os repórteres quando chegam à redação no início de seus turnos de trabalho têm por obrigação tomar conhecimento de sua tarefa do dia lendo o *JP*. Cabe a ele complementar o levantamento preliminar e se deslocar até o local de cobertura com a equipe técnica – repórter-cinematográfico e auxiliares. O *JP* delimita também a forma como os chefes de reportagens de cada turno administram suas equipes de reportagem. A margem de manobra destes profissionais é restrita, uma vez que as prioridades editoriais já foram previamente definidas para atender tanto às expectativas dos editores dos produtos jornalísticos quanto às prioridades político-editoriais das instâncias hierárquicas superiores. Com o repórter em campo, o desenrolar de seu trabalho é acompanhado pelo editor do produto jornalístico a que se destina. Tempo e tamanho da reportagem, desdobramentos, necessidade de uso de infografia, imagens de arquivo, abordagem, texto, tudo é alvo de um permanente entendimento entre o repórter que está em campo e seu editor que fica no interior da redação. Um entendimento previsto e regulado nas normas internas.

A função chave dos chefes de reportagens de cada turno tem uma natureza burocrática e visa concretizar as metas planejadas pela hierarquia editorial. A opinião pessoal deste profissional pouco influi na orientação dos repórteres e no conteúdo de seus trabalhos. Esta é uma tarefa a cargo dos editores. Se na BBC inglesa o editor chefe de plantão é considerado o *the God of the day*, (SCHLESINGER, 1987: 144), poderíamos dizer que na *TV Senado* o poder está no *Jornal da Pauta*. Ele é a *Bíblia do dia*.

8 Autonomia e interferências no processo jornalístico

Esta rotina jornalística, pela qual o repórter é uma espécie de “*soldado da infantaria*” (MATHIEN, 1992: 148), obedecendo às ordens e ao planejamento de seus comandantes, é comum na imprensa brasileira. Mesmo que o repórter/soldado tome a iniciativa sem prévia autorização de cobrir um tema, a divulgação de seu trabalho, importância e destaque, estarão condicionados ao crivo superior.

Embora seja uma realidade comum a diversas estruturas jornalísticas, a realidade das *MFSF* revela, contudo, uma concentração do poder deliberatório mais expressiva do que a verificada dentre os setoristas que cobrem o parlamento. Para efeito de comparação, o percentual de setoristas que recebem a pauta previamente definida sem participação deles é quatro vezes menor, do que nas *MFSF*. Na imprensa tradicional, 56% dos jornalistas afirmam não possuir a liberdade de cobrir os temas que desejam. No SF, o quadro é mais agudo, 71%. Numa e noutra mídia, a liberdade do profissional de informação tem como limite o projeto da empresa midiática (MATHIEN, 1992: 270). A autonomia jornalística dos *jornalistas das fontes* se amplia quando se refere à definição do conteúdo, do ângulo¹⁵ de abordagem das reportagens - 51% afir-

¹⁵Aqui nos valem da noção de *ângulo* detalhada por RUELLAN (1993:153-154) que cobre diferentes aspectos, notadamente, à noção de importância quantitativa, profundidade, estilo de redação ou ponto de observação. A

mam ter liberdade de decisão -, bem como na definição de fontes a serem ouvidas, 53%. Entre os setoristas os percentuais são, respectivamente, de 58% e 80%.

No seu dia-a-dia, o jornalista do SF se vale de um processo de retro alimentação bastante comum à atividade profissional, descrito pelo sociólogo francês, Pierre Bourdieu, (1997: 9) como *efeito circular circulante*. Uma espécie de efeito dominó, onde o conteúdo de um veículo influencia o de outro. A visão dos fatos de um profissional interfere na do colega, mesmo que em veículos concorrentes. Esta rotina de *copiagem intermediária* (Op.cit.: 166) é um instrumento de complementação, aprofundamento e até de retificação que alguns meios, em especial os estruturalmente mais frágeis, são obrigados a se valer.

A pesquisa constatou que esta retro alimentação se dá nos dois grupos pesquisados, e no SF acontece em dois níveis. Um interno, onde uma mídia do Parlamento influencia a produção de outra. Na *Agência Senado de Notícias* e no *Jornal do Senado*, por exemplo, a leitura da produção interna é rotina obrigatória, segundo o *Manual de Redação*. O segundo nível é o externo. Os jornalistas das *MFSF* se alimentam nas informações da imprensa tradicional. Na *Rádio Senado* a leitura permanente dos jornais e revistas é formalmente recomendada, sendo considerada uma forma de qualificação permanente para o bom desempenho profissional do radiojornalista.

A retro alimentação se dá em diversos momentos do processo de construção da notícia, atingindo desde o processo de definição e seleção de pautas a serem cobertas até o fechamento final do noticiário, seja ele impresso ou audiovisual. Na investigação junto aos *jornalistas das fontes*, constatou-se que 90% têm por há-

definição do ângulo pode implicar na forma de desenvolver o trabalho, na maneira de relatar, (por exemplo, o uso de um personagem para simbolizar uma realidade coletiva) de escrever (privilegiando o ponto de vista de uma fonte ou de várias fontes). Pode ser igualmente aplicada na maneira de observar, um ponto de vista próprio de quem informa. Para o autor, o ângulo deve ser definido como sendo a maneira específica, a escolha das questões e das formas, de um jornalista em interrogar a complexidade do real.

bito se informar previamente sobre o assunto lendo outros jornais da imprensa tradicional. No trabalho da *Produção*, citada anteriormente, tem peso importante a leitura de jornais e de agências noticiosas.

A retro alimentação interna tem dimensões menores. A *Agência Senado de Notícias* é a fonte de informação mais procurada. Oito, entre cada dez jornalistas, têm por hábito de nela se informarem previamente.¹⁶ O percentual de leitura do conteúdo do *Jornal do Senado* é de 60%.¹⁷ A Internet se revelou igualmente uma importante fonte para esse grupo de profissionais. Tanto os portais de instituições externas (94%), quanto o portal do próprio SF (70%) são fontes rotineiras de coleta de informações prévias.

As páginas externas na web têm grau de importância superior ao das fontes pessoais consideradas confiáveis (80%) e se mostram mais importante do que os colegas de profissão, que são rotineiramente consultados por seis, entre cada dez, profissionais do Senado. Dentre os setorista, 88% têm por hábito consultar portais na web e 58 se informam rotineiramente no portal do Senado Federal.¹⁸ Os objetivos desta leitura seriam o de obter um melhor conhecimento da atualidade e favorecer a confrontação de diversas interpretações. Na realidade jornalística nacional, a consulta a Internet vem se consolidando como uma prática rotineira dos profissionais (DEL BIANCO, 2004: 6). Desta forma, o jornalista acredita está reduzindo o seu grau de incerteza sobre um determinado tema e busca não ser suplantado pela concorrência.

Este perfil revela uma característica que reforça a importância para esses profissionais em trabalhar com informações seguras,

¹⁶ No grupo de controle, 96% dos jornalistas credenciados ouvidos tem por hábito se informar lendo outros jornais, 30% lêem o *Jornal do Senado* e 60% a *Agência Senado*.

¹⁷ Na obtenção deste percentual considerou-se apenas as respostas dos profissionais que trabalham nas demais mídias do Senado, desconsiderando-se aqueles que trabalham para o próprio *Jornal do Senado*.

¹⁸ Este portal costuma disponibilizar a agenda dos trabalhos parlamentares, votações nas comissões e plenário, integras de projetos-de-leis, base jurídica, currículos parlamentares, etc.

tidas como oficiais. Em contraste, para 96% dos jornalistas dos setoristas, a consulta às fontes pessoais confiáveis é a principal rotina. Pelos números apurados, eles tendem a não consultar seus colegas de profissão, o que se justifica pela cultura da informação exclusiva, o *furo jornalístico*, da concorrência entre veículos e entre profissionais.¹⁹ Nas *MFSF* não existe esta preocupação, já que sua produção será distribuída à imprensa de maneira geral, além, é claro, da difusão direta ao público.

A influência permanece, com maior ou menor grau, durante o processo de apuração e redação da notícia. A grande maioria dos profissionais ouvidos não vê problemas ao realizar suas matérias em se informar à distância ou acompanhar os fatos por meio de transmissão radiofônica ou televisiva de alguma outra emissora tradicional, (84%) e muito menos se a transmissão radiofônica ou televisiva for da Rádio e/ou da *TV Senado* (94%).

Existe, contudo, entre os jornalistas do Senado, uma resistência maior em se valer de citações aspeadas não presenciadas pelo profissional, mas divulgadas em outro veículo da imprensa tradicional. Enquanto 74% do grupo teste recusa tal prática, a resistência entre os setoristas cai para 66%. O quadro se inverte quando a referência é alguma *MFSF*. A confiança entre os pares faz com que 70% admitam a possibilidade de usar uma declaração, uma citação aspeada, não presenciada pessoalmente, mas divulgadas

¹⁹ A existência de um sistema competitivo entre os setoristas que cobrem o Congresso Nacional não é aceita unanimemente. O nível de cobrança e de insegurança na imprensa tradicional, onde não há estabilidade no emprego, teria propiciado o surgimento de um mecanismo de auto-preservação profissional. Havendo certeza que seus textos compreendem os mesmos temas do concorrente, o risco de omissão de um tema, de *tomar um furo*, e, conseqüentemente, de sofrer sanções, é menor. Segundo o jornalista Augusto Nunes, que já passou pela direção de Jornalismo de vários veículos brasileiros, *está formado no Congresso Nacional, um verdadeiro pool de Jornalistas para evitar que qualquer colega leve um furo. No fim da tarde há uma reunião de Jornalistas (de meios diferentes) que trocam frases: por isso você lê a mesma reportagem sobre o Congresso em todos os jornais.* (In: VIEIRA, 1991 :28). Para mais detalhes sobre o funcionamento da imprensa num sistema de hiperconcorrência, ver CHARRON, et DE BONVILLE, (2004: 273-316).

em algum veículo institucional do SF. O mesmo ocorre para com 64% dos integrantes do grupo de controle.

O fato de que seis, entre cada dez jornalistas setoristas, se valem dos conteúdos das mídias do Senado revela que a imprensa tradicional deposita credibilidade nas *mídias da fonte* em questão. Esta conclusão se reforça com o fato de que nove, entre cada dez da imprensa tradicional, admitem a possibilidade de acompanhar e se informar à distância sobre os fatos que irão cobrir por meio de transmissão radiofônica ou televisiva da *Rádio* ou da *TV Senado*. É uma confiança superior a depositada nas emissoras de rádio e de televisão tradicionais. Esta segunda situação é admitida por 80% dos jornalistas ouvidos.

O processo de retro alimentação se dá igualmente após a redação dos textos. O hábito de verificar e comparar a produção pessoal com a dos veículos concorrentes atinge a 63% dos profissionais das *MFSF* e, se amplia a um universo de 66,7% quando a checagem se dá com relação às informações produzidas pelas mídias internas. Dentre aqueles que comparam seus textos com os da imprensa tradicional, 75% admitem que na existência de dados novos alterariam ou complementariam o próprio texto. Este seria o mesmo comportamento adotado por 80% daqueles que fazem a checagem de conteúdos no âmbito das mídias internas do Parlamento.

O hábito é o mesmo entre os setoristas, 84% comparam suas produções com os veículos concorrentes e 38% com o conteúdo das *MFSF*. Para o primeiro caso, um, entre cada dois jornalistas que analisam a produção concorrente, alteraria ou complementariam seus textos, e, no segundo caso a alteração do texto envolve 74% dos jornalistas que possuem o mesmo hábito. Não se identificou a razão desta prática, mas o temor em não divulgar uma informação completa, sem erros pode estar na raiz da causa.

9 Interlocutores dos jornalistas

A pesquisa identificou que os dois grupos de jornalistas vivem um confinamento, um *isolamento profissional* comum à realidade nacional do setor (HERSCOVITZ, 2000: 78). Os principais interlocutores do jornalista do Senado são *intramuros*. Numa escala de quatro pontos, os colegas de trabalho com 3,8 pontos, e as chefias superiores, 3,7; se destacam.²⁰ Os jornalistas de outras empresas (2,7) e os parentes (2,69) formam o segundo pelotão de interlocutores prediletos. Praticamente, não existe um *feedback* por parte dos leitores (2,43) e das fontes (2,2). Um cenário semelhante foi identificado no grupo de controle.²¹ Neste grupo, contudo, as fontes (2,52) são interlocutores mais importantes do que os parentes (2,48) e o público (2,48).

As conversas *intramuros*, com chefias e colegas de trabalho, e *intracorporis*, com profissionais de outros meios, são as mais representativas em ambos os grupos. A prevalência de comunicações *intramuros* em todos os grupos pesquisados reforça a idéia da existência na realidade jornalística nacional, de forte peso dos níveis hierárquicos superiores no processo de construção da notícia. Principalmente, para os profissionais mais jovens. O profissional novato busca adotar formas comportamentais e incorporar traços identitários essenciais para ser aceito no meio, como também construir um futuro profissional promissor. (NEGREIROS, 2004:100).

Por outro lado, o diálogo *intracorporis* sugere uma busca de reconhecimento profissional. O prestígio dos jornalistas não é reconhecido pela sua titulação acadêmica, mas sim, pelo reconhecimento social de sua competência, principalmente entre os colegas de profissão (RIEFFEL, 1984). É isso que lhes aporta respeito e credibilidade profissionais. A consulta a outros jornalistas reflete um nível de sensibilidade acentuado na corporação, uma necessi-

²⁰ Os quatro níveis são: 1 = inexistência total de qualquer comunicação, 2, raramente; 3, ocasionalmente e 4, frequentemente.

²¹ Colegas de trabalho, 3,6; Chefias e superiores, 3,54; Jornalistas de outras empresas, 2,73.

dade constante em confirmar junto aos colegas as percepções que têm em relação aos fatos (SOUSA, 2000, p. 56).

O reconhecimento social *intracorporis* é ainda mais necessário no caso dos *jornalistas das fontes*, pois este segmento profissional é fruto de um processo historicamente recente. Se não houver *a priori* um reconhecimento pela coletividade jornalística de que esta atividade se insere no território profissional dos jornalistas, dificilmente a sociedade o verá como tal.²² O reconhecimento pelo meio jornalístico permite ainda gerar um referencial junto aos demais meios de comunicação. Este diálogo corporativo representa um investimento capaz de destacar o profissional e igualmente inseri-lo no mundo das importantes fontes jornalísticas, o chamado *establishment* – políticos, empresários, experts, etc. Um profissional bem conceituado consegue abrir mais facilmente as portas que dão acesso às informações mais importantes.

Esta busca de reconhecimento externo envolve inclusive a participação em concursos nacionais e internacionais de jornalismo. A *Rádio Senado* já foi agraciada com a medalha de prata do concurso *Unca Awards for Excellence in Journalism –2005*, promovido pela Organização das Nações Unidas, por ocasião dos 60 anos de existência da ONU. No mesmo ano, a *TV Senado* foi contemplada com o *Prêmio Margarita de Prata*, conferido pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil a trabalhos jornalísticos versando sobre o tema inclusão social, e teve vários de seus documentários pré-selecionados em diversos outros certames.

10 Nível de Satisfação

O modelo produtivo das *MFSF* não parece afetar negativamente o padrão de satisfação dos jornalistas que para elas atuam. É expressivo o volume dos jornalistas que estão *muito satisfeitos* com a profissão, 57%, e que estão *razoavelmente satisfeitos*, 27,45%. Praticamente, nove, dentre cada dez jornalistas, estão de bem com

²² Para mais informações sobre reconhecimento do território profissional consultar RUELLAN (1993: 47).

o emprego. É mais do que o dobro verificado no grupo de controle. Não existe uma razão preponderante que embase este padrão de satisfação. Dentre os cinco motivos mais citados estão: o *salário percebido*, 23%, o *nível de autonomia profissional e a liberdade de expressão no emprego*, 18%, e empatados num terceiro patamar estão três motivos, cada um representando 16% dos profissionais: a *segurança no emprego*, a *possibilidade de ajudar pessoas e a sociedade* e a *natureza, o tipo de produto jornalístico que realiza*.

Além de apresentar um volume de satisfação superior, esses profissionais têm razões diferentes, quando comparados com a imprensa credenciada. A *autonomia profissional*, associada com a *capacidade de influenciar assuntos públicos* são as razões de satisfação de, praticamente, seis, entre cada dez jornalistas da imprensa tradicional. Questões de caráter material, como *nível do salário e segurança no emprego*, apresentam um peso menos significativo, 39%.

11 Conclusão

Um primeiro balanço nos evidencia que o padrão social dos dois grupos é semelhante. Há, contudo, diferenças no nível de educação universitária, distribuição racial, e a forma de exercitar a ideologia. O grupo teste se mostrou mais vinculado a partidos e ao sindicato da categoria, que é o mesmo para os dois segmentos. O jornalista das *MFSF* está submetido a um modelo de produção da notícia com liberdade limitada. Um modelo que não permite a expressão de pontos de vistas ou análises pessoais. Seu trabalho é fortemente hierarquizado, sujeito às normas regimentais daquela Casa do Parlamento e à hierarquia interna às redações. A produção de conteúdos segue a uma lógica jornalística, a um padrão de noticiabilidade, com pouco espaço para a participação no processo deliberatório dos chamados profissionais da ponta – repórteres, redatores, produtores etc.

Em termos de estilo jornalístico, o discurso consiste, preferen-

cialmente, em um relato seco, objetivo dos fatos, sem análise de caráter pessoal, mas devendo contemplar a diversidade ideológica e partidária existente no Parlamento. O fato de executar um jornalismo descritivo não exclui este gênero informativo da categoria jornalismo. O grau de criticidade de um texto não é o elemento definidor da natureza jornalística de uma informação. O conteúdo do discurso é variável por natureza, mas os códigos que normatizam a ação são estáveis por definição (DE BONVILLE, 2004: 294).²³

Essas características não diferem radicalmente das normalmente encontradas no campo jornalístico. O jornalista será sempre constrangido pela política editorial e pela forma de fazer as coisas no órgão de comunicação para o qual trabalhar (SOUSA, 2000, p. 58). O *savoir-faire* de todos os jornalistas se constrói e se manifesta dentro de um espaço de pressões e restrições e numa estrutura de interdependência, com os níveis hierárquicos mais elevados, colegas e fontes (NEVEU, 2004: 43). A *notícia* ganha, assim, a condição de ser um resultado de um processo organizado e constrangido por forças internas e externas. Desta forma, o modelo de produção jornalística das *Mídias das Fontes* do Senado Federal não se difere em gênero da regra universalmente utilizada pelos meios de comunicação, mas talvez o faça em termo de grau.

O jornalismo praticado pelos meios legislativos pode ser considerado *legalista*, por não somar reflexão ou opinião pessoal às emitidas pelas próprias fontes (LEMIEUX, 1992: 31-33) e portador de um perfil *informativo e equilibrado* (JARDIM, 2006: 16). Uma eventual suspeição sobre seu conteúdo não pode ser baseada apenas no fato dos jornalistas trabalharem para suas fontes. No Jornalismo, de maneira geral, a relação *fonte-jornalista* não é obrigatoriamente de oposição, ela pode ser de *identidade* ou *com-*

²³ Aqui nos valem da noção de código explicitada por DE BONVILLE não apenas enquanto um sistema de regras que regulam o discurso jornalístico (estilo, gênero, hierarquização da informação, etc.), mas também enquanto uma regulação da prática e comportamento profissional. (CHARRON et DE BONVILLE, 2004: 282).

plementaridade (DE BONVILLE, 2001: 30.) e resultar na geração de interesses e de satisfação comuns aos dois pólos da ação informativa.(GANS, 1979: 116).

Os jornalistas não precisam necessariamente se concentrar apenas nos aspectos negativos do poder (SOUSA, 2000: 110) e tão pouco estas mídias deixam de noticiar os casos escabrosos, como corrupção e desmandos políticos. A missão profissional dos chamados *jornalistas neutros* se limita a coletar, processar e difundir o mais rapidamente possível as informações. Ou seja seria um jornalismo onde o profissional assume uma condição de canal de transmissão. Uma tarefa complementar à de *cão de guarda*, pela qual o profissional é mais *participante*, investigador, explorador (JOHNSTONE, SLAWSKI e BOWMAN, 1972: 522-540). A missão de *cão de guarda* nestas mídias legislativa são repassadas ao próprio público que a exerce via as transmissões ao vivo, sem cortes ou edição, do que acontece no Parlamento. (JARDIM, 2006: 8). Os meios de comunicação de massa dos parlamentos constituem assim um instrumento da sociedade ao proporcionar novas bases de informação e de acompanhamento das atividades legislativas (RENAULT, 2004: 130).

As barreiras internas do Senado ao jornalismo opinativo tendem a ser ultrapassadas, ou pelo menos compensadas, com uma inserção mais plural de fontes, e por meio de uma forte grade de programas de debates, de entrevistas, de programas especiais temáticos e de documentários. Programas normalmente ausentes da mídia privada nacional, cujo modelo comercial da programação impõe espaços menores a produtos midiáticos deste perfil.

O jornalismo praticado pelas *mídias das fontes* do Senado contribui para um processo de transparência, uma ação de *accountability* e é complementar ao modelo investigativo da imprensa tradicional. A pesquisa revelou que mesmo sem esta natureza investigativa, os profissionais da imprensa tradicional depositam credibilidade no conteúdo informativo difundido pelas *MFSF*. A realidade recente do Brasil também demonstra que em casos, não raros, foi a própria imprensa tradicional a executora de um jor-

nalismo burocrático ou mesmo omitindo estrategicamente temas que não consideram oportunos. Em outros, são as *mídias das fontes* que têm trazido à tona temas e informações socialmente importantes mas desprezadas pelas mídias tradicionais.²⁴

12 Bibliografia

- ADGHIRNI, Z. (2004). *Valores-notícia e credibilidade no jornalismo online*, comunicação científica feita por ocasião do congresso da Sociedade Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo – SBPJOR, Brasília.
- BOURDIEU, P. (1997). *Sobre a Televisão*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- CHARRON, J. (2002). *Parler de soi en faisant parler les autres. Identité journalistique et discours rapporté*, in : RIEFFEL, R. e WATINE, T. *Les mutations du journalisme en France et au Québec*, Paris: Panthéon Assas, pp – 83-117.
- CHARRON, J. e DE BONVILLE, J. (2004). *Le journaliste et le marché: de la concurrence à l'hyperconcurrence*, in: BRIN, C., CHARRON, J. e DE BONVILLE, J. (dir.), *Nature et transformation du journalisme – théorie et recherches empiriques*, Laval: PUL, pp –273-316.
- COMSEFE, (2003). *Estatuto Social da Associação dos Profissionais de Comunicação do Senado Federal*. Brasília. Disponível in: http://f1.grp.yahoo.com/v1/sLhRRfnh4HigGBvbwB9-WJt_Cd22jJIZHMiKILFDW7E1G769XfBqs1ehrVxDQXdWNB7zShv6D8_eqfZi_O9OAAQ/Estatuto%20da%20Comsefe.htm

²⁴ Em 2004, praticamente, toda a imprensa nacional ignorou os trabalhos da Comissão de Investigação Parlamentar do Banestado, que apurava o envio ilegal de dolares para o exterior. As denúncias chegavam perto de mais dos principais meios de comunicação. Só as Mídias do Senado Federal e a Rede Record de Televisão deram cobertura ao fato.

- DE BONVILLE, J. (2001). *Le journalisme dans le “systeme” médiatique*, Laval, mimeo.
- DE BONVILLE, J. (2004). *Le métier de journaliste au début du 20^e siècle vu par un contemporain: de l'utilité des concepts théoriques*, in : BRIN, C., CHARRON, J. e DE BONVILLE, J. (dir.), *Nature et transformation du journalisme – théorie et recherches empiriques*, Laval: PUL, pp 243-272.
- DEL BIANCO, N. (2004). *Noticiabilidade no rádio em tempos de Internet*. In: Anais do VI Lusocom, Corvilhão: Lusocom.
- FREITAS, L. C. (2004). *A midiatização do parlamento*, dissertação de mestrado em Comunicação Social, Faculdade de Comunicação da Universidade Brasília, Brasília.
- GANS, H. (1979). *Deciding what's news*, New York: Vintage Books.
- HERSCOVITZ, H (2000) *Jornalistas de São Paulo: quem são e o que pensam em comparação aos jornalistas americanos e franceses*, in: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação – Vol. XXIII, n° 2, jul/dez pp - 65-86, São Paulo, Intercom
- JOHNSTONE, J., SLAWSKI, E. e BOWMAN, W. (1972). *The professional values of American newsmen*. Public Opinion Quarterly - pp – 522-540
- LEMIEUX, C. (1992). *Les journalistes, une morale d'exception?* In: BOURMEAU, S., CARDON, D. e LE GAVRE, J. (dir.), *L'activité journalistique*, Paris: Presses Fond. Nat. des Sciences Politiques.
- MATHIEN, M. (1992). *Les Journalistes et le Système Médiatique*, Paris: Hachete.
- McMANE, A. (1992). *Vers un profil du journaliste occidental*, in: Réseau n . 51, Paris: CENT – pp. 67-73.

- NEGREIROS, J. (2004). *Fantasma ao Espelho – modo de auto-representação dos jornalistas*, Coimbra: MinervaCoimbra,
- NEVEU, É. (2004) *Sociologie du Journalisme*, Paris: La Decouverte.
- VIEIRA, G. (1991). *Complexo de Clark Kent – São super-homens os jornalistas?*, São Paulo: Summus.
- PASQUALI, L. (1996). *Teoria e métodos de medida em ciências do comportamento*. Brasília: Universidade de Brasília/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais.
- RÁDIO SENADO, *Manual de Redação*, in: <http://www.senado.gov.br/radio>
- RENAULT, L. (2004). *Comunicação e política nos canais de televisão do Poder Legislativo no Brasil*, Belo Horizonte: ALMG.
- RIBEIRO, J. C. (1994) *Sempre Alerta*, S.Paulo: Brasiliense.
- RIEFFEL, R. (1984) *L'élite des journalistes*, Paris : PUF.
- RIEFFEL, R. (2001). *Vers un journalisme mobile et polyvalent?*, in: Quaderni n.º. 44, automne - pp. 153-169.
- RUELLAN, D. (1993). *Le professionnalisme du flou – identité et savoir-faire des journalistes français*, Grenoble: PU de Grenoble,
- RUELLAN, D. (2001), *Socialisation des journalistes entrant dans la profession*, in: Quaderni n.º. 44, automne, p. 137-152.
- SCHLESINGER, P. (1983). *Os jornalistas e a sua máquina do tempo*, in: TRAQUINA, N. (org.), *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*, Lisboa: Veja.
- SCHLESINGER, P. (1987). *Putting ‘Reality’ Together, BBC news*, London: Routledge.

- SCHUDSON, M. (1988). *Por que é que as notícias são como são*, in: *Jornalimos – Comunicação e Linguagens* n° 8, Lisboa - pp 17-27.
- SENADO FEDERAL, (2002). *Ato da Comissão Diretora n° 15, de 2002*, in : *BOLETIM ADMINISTRATIVO DO PESSOAL*, N° 2541, Brasília, edição de 16 de maio.
- SENADO FEDERAL, (2003). *Manual de Redação – Agência Senado e Jornal do Senado*, Brasília: Senado Federal:
- SANT’ANNA, F. (2005). *Mídia das Fontes – o difusor do jornalismo corporativo*, Brasília: Casa das Musas.
- SOUSA, J. P. (2000). *As notícias e seus efeitos*, Coimbra: Minerva Coimbra.
- TRAVANCAS, I. (1983). *O mundo dos Jornalistas*, S.Paulo: Summus.
- TUCHMAN, G. (1972). *Objectivity as strategic ritual: an examination of newsmen’s notion of objectivity*, in: *American Journal of Sociology*, vol. 77, n°. 4, New York.
- TV SENADO (1999). *Manual de Redação*, in: <http://www.senado.gov.br/tv/conheca/manual/intro.htm>